

Assembleia Geral

04 agosto (segunda-feira)
10 horas

Local

Auditório da Escola de
Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta

Informes; Delegação e
Caderno de Textos do 59º
CONAD; Assuntos Gerais

www.adufrj.org.br



Aposentados
organizam
ações em
Brasília

Página 4



ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro será capital da Educação Pública por três dias

Cerca de três mil participantes de todo o país se inscreveram para o Encontro Nacional de Educação que começa nesta sexta-feira, 8 de agosto, e se estende até domingo 10. A construção de um projeto que defenda a Educação Pública para se contrapor à ferocidade mercantil que invade o setor é o ponto central da agenda. Páginas 2 e 3

PAINEL ADUFRJ. O semestre se inicia com o bandeirão da Letras de portas fechadas. São oito meses fora de funcionamento. Página 7

Sem e l Tost: 30/07/2014



Protesto tem que ser livre

A marcha plural que ocupou as ruas centrais da cidade envolveu um arco abrangente de bandeiras que transitavam desde a luta contra o racismo à condenação de Israel pelo massacre de palestinos. Gente de todas as idades, inclusive crianças, foi às ruas para afirmar que **Protestar não é crime!**

AGENDA

4 de agosto

Esta segunda-feira

Às 18h

**Ato na Uerj
Em defesa da
democracia:
lutar não
é crime**

7 de agosto

Quinta-feira

Às 9h

Sessão do Consuni
Votará as
deliberações
finais sobre a
regulamentação da
Carreira Docente

Às 9h

**Reunião do
Conselho
Universitário da
Unirio que quer
votar a adesão
à Ebserh**
(leia matéria
na página 5)

8 de agosto

Sexta-feira

**Marcha Nacional
em defesa da
Educação Pública
com concentração
às 16h30 na
Candelária**
(leia matéria
na página 3)

ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO



Governo vende imagem falsa do ensino técnico

Esta avaliação foi feita pelo professor Fabiano Faria. Ele representou o Sinasefe no Encontro Estadual de Educação que reuniu cerca de 350 pessoas no sábado 26. A reunião foi preparatória para o Encontro Nacional de Educação

Expansão do ensino obedece a critérios não republicanos

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O dirigente do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), Fabiano Faria, disse no Encontro Estadual de Educação na semana passada que o governo apresenta uma imagem falsa sobre o desenvolvimento do ensino técnico no país. "O que o governo fala sobre a expansão não é verdade e não é a que queremos: diz que o Brasil precisa de uma formação voltada para o mercado de trabalho e não como algo que construa o sujeito", criticou Faria.

Ele é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (antigo Instituto de Química) e insistiu em que a realidade da educação técnica e tecnológica nos institutos federais é diversa da apresentada pela propaganda oficial. Segundo o dirigente, a expansão do ensino técnico tem obedecido a critérios orientados pela troca de apoios políticos: "Muitas vezes essa expansão se dá sem que a cidade que está recebendo a nova unidade tenha condições de absorver a mão de obra a ser formada naquele local. Abre-se um curso técnico sem qualquer infraestrutura para satisfazer a interesses estranhos à educação".

O professor afirmou – no encontro que mobilizou cerca de 350 pessoas no Rio de Janeiro – que mais da metade dos professores e técnicos que são designados para unidades em ex-

pansão pedem exoneração ou transferência. "Faltam condições de trabalho, faltam laboratórios. A precarização é maiúscula. Mas, o mais grave é a precarização dos sonhos e objetivos, a naturalização da estratificação social e das relações sociais".

Pronatec

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é apresentado pelo Ministério da Educação como principal vitrine para o setor. Fabiano Faria é enfático na sua avaliação: o Pronatec não passa de mais uma forma de transferir recursos públicos para a iniciativa privada. De acordo com Fabiano, apenas 15% da verba é destinada ao ensino técnico público. O grosso desse bolo, 85%, são enviados às escolas privadas, disse. Ainda segundo os dados apresentados pelo dirigente do Sinasefe, cerca de 90% dos alunos do Pronatec acabam mergulhando num ciclo vicioso, pois ficam desempregados ao fim do curso: "Eles não conseguem emprego, então fazem outro curso para continuarem recebendo a bolsa. E, ao término, voltam para o terceiro curso. E mesmo assim, a maioria não é inserida no mercado de trabalho".



Fabiano Faria analisa Ensino Técnico e Tecnológico



Roberta Lobo: Pronacampo é retrocesso para a Educação

No campo: 37 mil escolas fechadas

Outra expositora do Encontro Estadual de Educação foi a professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Roberta Lobo. Ela abordou os desafios da educação no campo. Roberta criticou a forma como se deu o processo de institucionalização da educação no interior do país pelo governo federal. Na sua opinião, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) "desconsiderou todas as experiências pedagógicas e as construções históricas acumuladas" até aqui. "É preciso pensar a educação para além da reforma estatal. O Estado dilacera a formação desse sujeito que vem das classes populares. O Pronacampo é a regressão à educação rural de subordinação do trabalhador rural", disse.

A professora apresentou um dado alarmante: 37 mil escolas do campo foram fechadas nos últimos anos no país. "Ou a gente fortalece esses sujeitos nos seus lugares, ou ficaremos subordinados ao Estado e a suas políticas nefastas para a classe trabalhadora", alertou Roberta Lobo.

Alternância

Segundo Roberta, os trabalhadores do campo necessitam de uma formação que trabalhe a alternância, inclusive quando chegam à universidade. A alternância é um sistema que mescla o ensino na universidade e no local de origem do estudante: "A universidade pública que não faz alternância para a educação do campo está promovendo a precarização do ensino para as classes populares. Lutamos para que a alternância seja mantida. É preciso garantir a ida aos territórios desses estudantes".



Grupo de discussão "Democratização" debateu a universalização da Educação frente às diversidades social, étnica e de gênero

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



Rio é cenário do debate que discutirá a Educação

Cidade recebe, a partir desta sexta-feira 8, centenas de pessoas convocadas por sindicatos, movimentos sociais e coletivos estudantis e populares de todo o país para um encontro nacional no qual a defesa da educação pública estará no centro do debate

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

pela primeira vez, desde 1996, quando foi criado o Plano Nacional da Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, os movimentos autônomos que defendem a educação pública e gratuita de todo o Brasil voltarão a se reunir. O Encontro Nacional de Educação (ENE), que reunirá centenas de participantes de todo o país, acontece entre os dias 8 e 10 de agosto (de sexta a domingo), no Rio de Janeiro. Na pauta está a unificação das lutas em torno de uma alternativa para a educação pública, que seja contrária à agenda imposta pelos governos e o empresariado via Plano Nacional de Educação 2011-2020.

Diante de um governo que destina anualmente menos de 5% do PIB para a educação (pública e privada), enquanto reserva 47% para o pagamento de juros da dívida pública, a realização do ENE tem significado estratégico: promove o debate inadiável sobre a defesa da educação pública. As etapas preparatórias nos estados, segundo informa o Andes-SN, mostrou a força da mobilização e revelaram as manobras destrutivas que estão sendo implementadas no campo da educação pública.

O PNE recentemente aprovado dá força de lei e torna mais difícil para os movimentos autônomos conseguirem que as contra-reformas no campo educacional retrocedam. Além disso, o Plano não garante o investimento dos 10% do PIB exclusivamente para a educação pública, conforme reivindicação histórica do movimento docente e popular. Ao contrário, explicita que programas como o Fies, Pro-

natec e Prouni (destinados principalmente para a iniciativa privada) poderão receber as verbas advindas do Produto Interno Bruto.

Sem diálogo

Os governos petistas abriram certo espaço para a instalação das Conferências Nacionais de Educação (Conae). Apesar de ter assumido o governo federal em 2003, apenas em 2010 ocorreu a primeira conferência. O objetivo, segundo o governo, é o de debater políticas educacionais para o Brasil com o conjunto da sociedade brasileira.

O problema é que a base de discussão da Conae é o PNE recentemente aprovado, que se demonstra extremamente prejudicial para a educação pública, favorecendo as chamadas parcerias público-privadas. Por isso, é custoso o diálogo e a construção de uma verdadeira agenda política para a educação pública neste espaço estabelecido institucionalmente.

Neste ano de 2014 (em fevereiro) aconteceria a 2ª edição da Conae, mas o Ministério da Educação reagendou a conferência para novembro, alegando problemas operacionais. Os movimentos organizados, porém, dada a atual conjuntura, não acreditam em sua realização.

Os movimentos autônomos organizados lamentaram o adiamento da Conae. Para muitos, inclusive esta é a avaliação do Andes-SN, a decisão do governo foi, na realidade, uma estratégia para que a aprovação do PNE ocorresse antes da conferência (foi aprovado agora em julho pelo Congresso), de forma a que houvesse menos tensão dos movimentos por aprovações de emendas que beneficiassem a educação pública. O que, de fato, aconteceu.



Marco Ferraz/ds: 20.06.2012

MARCHA ABRIRÁ ENCONTRO

A abertura do Encontro Nacional será marcada pela Marcha Nacional em Defesa da Educação Pública. A concentração será na Candelária às 16h30min. Os participantes seguirão até a Cinelândia, com objetivo de denunciar à população as ações de desmonte da educação pública.

No sábado, às 8h30min, acontece a mesa de abertura com o tema: "Conjuntura, Lutas Sociais e Educação". Após as intervenções haverá debate. À tarde, a partir das 14h, os grupos de discussão se reunirão para propor ações em cada um dos seguintes temas: financiamento; democratização da educação; transporte, passe livre; privatização, mercantilização; avaliação e meritocracia; precarização das condições de trabalho; acesso e permanência. No domingo, a plenária de encerramento, prevista para começar às 8h30min terá como tarefa sistematizar as propostas dos grupos.

O Encontro Nacional de Educação será realizado no Clube Municipal, na Rua Haddock Lobo, 359, Tijuca.



Samuel Tosta: 15/05/2014

Força. Professores do ensino básico votam continuidade da greve do SEPE em maio

PREVIDÊNCIA

Crescem ações em defesa de direitos dos aposentados

Estão previstas atividades no Congresso Nacional no dia 5 de agosto e ações nos estados brasileiros

Mobilizações começam a partir desta semana, com reunião na sala da Comissão Mista de Orçamento

A fim de fortalecer a mobilização em defesa dos direitos da aposentadoria, diversas entidades, entre elas o Andes-SN, o Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas) e o Cobap (Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil) organizaram cronograma de atividades, a partir da próxima semana, para intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/2006, que extingue a cobrança da contribuição dos aposentados e pensionistas.

Os aposentados têm interesse, ainda, na aprovação do PL 4434/2008. Este projeto de lei dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral da previdência social e o índice de correção previdenciária, com a correção das aposentadorias do INSS observado o número de salários à época da concessão.

O cronograma de mobilizações no Congresso Nacional e nos estados, definido em reunião realizada no último dia 16 em Brasília, prevê a realização de ações a partir desta semana. Nesta terça-feira (5), a atividade será promovida na sala de reunião da Comissão Mista de Orçamento – Auditório 2 –, a partir das 9h, na Câmara dos Deputados. Na ocasião, haverá o lançamento oficial do Movimento de Unificação das Lutas do Mosap, Cobap, e demais entidades do serviço público e de trabalhadores do regime geral.

O presidente do Mosap, Edison Guilherme Haubert, afirma que é de conhecimento geral a resistência e negativa do governo em relação à PEC 555/2006 e ao PL 4434/2008. “Nenhuma dessas matérias tem o aval



ou a simpatia do governo, que tem constantemente negado até mesmo a discussão dessas pautas. Por isso a necessidade de unirmos os nossos movimentos, com a integração do Mosap com suas entidades e do Cobap e suas filiadas”.

Haubert conclamou à união das entidades e destacou a conjuntura eleitoral como um ambiente propício para pressões. “Temos que pressionar para que os parlamentares exerçam a prerrogativa que possuem em decorrência dos mandatos, e que coloquem em discussão essas matérias na Câmara dos Deputados, mesmo que o governo não queira. Não podemos mais esperar e nem aceitar que matérias só passem com o aval do Palácio do Planalto”, ressaltou. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)



Temos que pressionar para que os parlamentares a exerçam a prerrogativa que possuem em decorrência dos mandatos, e que coloquem em discussão essas matérias na Câmara dos Deputados, mesmo que o governo não queira.



Edison Guilherme Haubert
Presidente do Mosap

Andes-SN engajado

A importância do movimento também é destacada pelo encarregado de Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, Almir Menezes Filho. “Temos que aumentar a mobilização de tal forma que os deputados se sintam impelidos a forçar a Presidência da Câmara a pautar a PEC 555 e pressionar o Congresso para a aprovação dos projetos que recuperam os direitos dos aposentados e pensionistas”, afirmou o diretor do Sindicato Nacional, também coordenador do Grupo de Trabalho Seguridade Social / Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do Andes-SN.

As outras ações que compõem o cronograma serão realizadas nos estados, priorizando quatro capitais: Rio de Janeiro (16 de agosto), Porto Alegre (22 de agosto), São Paulo (28 de agosto) e Natal (19 de setembro). Estes atos têm como finalidade conscientizar os idosos, aposentados, pensionistas, servidores e trabalhadores ativos de que somos uma força muito grande, afirma Haubert.

Importância

O diretor do Andes-SN resalta que as Seções Sindicais devem buscar articulação com as entidades organizadoras em cada estado onde estão marcadas as atividades, além de integrar a mobilização em Brasília. “É muito importante que as Seções Sindicais se empenhem e ressaltem a participação dos docentes nas atividades programadas, com forte presença no Congresso Nacional na próxima semana, para fortalecer a mobilização a fim de garantir o direito dos aposentados e dos pensionistas e lutar contra o avanço da retirada de direitos dos trabalhadores”, destaca.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Picorini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemus Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio; Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiário Filipe Ferreira Galvão e Samanta Su Tiragem 4.000 E-mails: adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br Redação: comunicacao@adufrj.org.br Diretoria: diretorio@adufrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufrj.org.br Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

EBSERH



Reitor da Unirio manobra para aprovar Ebserh

Contratação de empresa federal para gerir o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle volta à pauta do Conselho Universitário do dia 7, em pleno recesso acadêmico

Elisa Monteiro
elisamonteiro@adufrj.org.br

Setores da comunidade universitária (Professores, técnico-administrativos em educação e estudantes) da Unirio realizaram, na quinta-feira 31, um dia de mobilização contra a ameaça de privatização do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG). Em período de férias até o dia 11, o reitor da universidade, Luiz Pedro Jutuça, convocou para o dia 7 de agosto (próxima quinta-feira) uma sessão do Conselho Universitário com o propósito de aprovar a transferência da administração do HU para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

De acordo com a presidenta

da Adunirio-SSind, Viviane Narvaes, apesar da ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) exigindo a imediata contratação de novos servidores para reabertura das enfermarias fechadas, a resposta da administração central para a crise do hospital tem sido o contingenciamento progressivo de recursos e a recusa em chamar aprovados em concurso ainda vigente para forçar o contrato com a Ebserh.

Um debate com o diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), Eduardo Côrtes, e com a professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Claudia March, da direção eleita do Andes-SN, abriu as atividades de quinta-feira convocada pela Adunirio-SSind, a Asu-

nirio (Associação dos Servidores Técnico-Administrativos) e pelo DCE. O tema da discussão foi a busca de alternativas para a superação da crise dos hospitais universitários. Em seguida ao debate, um ato público foi realizado na porta do Graffée e Guinle, acompanhado de perto por policiais que ocupavam quatro viaturas da PM.

Proposta ruim

A tentativa de entregar o hospital do Fundão à Ebserh, como se sabe, foi neutralizada pela força do movimento. O atual diretor, Eduardo Côrtes, foi eleito ainda no calor da disputa que mobilizou a UFRJ. Ele compartilhou a sua experiência "Vivenciamos uma situação muito delicada em 2013, que se agravou no segundo semestre com a interrupção de contratos para serviços em setores estratégicos, pressionando o hospital para adesão à Ebserh", relatou.

Segundo o dirigente, a recuperação do HU por meio da autonomia universitária, não tem sido tarefa fácil. "E constatamos que não era parâmetro o quadro tinha sido agravado como forma de pressionar a comunidade para contratação da empresa".

Côrtes acrescentou: "Estive várias vezes em Brasília e não ouvi nada que tenha me convencido em relação à Ebserh". Segundo o diretor "é uma proposta ruim não apenas para os HUs, mas para a saúde no Brasil".

"Querem centralizar a administração de mais de 40 hospitais nas mãos de pessoas que não têm nem sensibilidades, nem experiência, nem estrutura para resolver as questões que envolvem essas unidades de ensino e saúde", avaliou.

Lucro explícito

A professora Claudia March (foto) destacou que o Rio de Janeiro tem peso estratégico para o projeto do governo, "Aqui se concentra o maior complexo hospitalar das unidades de ensino e saúde, além do complexo INCA que também tem proposta para passar à administração privada". No seu ponto de vista, a Ebserh "reedita" a proposta de Fundação Estatal de Direito Privado e das Organizações Sociais, aprofundando o processo de privatização da universidade: "Em relação às Fundações, a Ebserh tem o agravante de deixar explícita a questão do lucro e da cessão patrimonial".

"As mudanças no regimento original da empresa (Ebserh) deixam várias questões, que estavam no ar, mais claras. A menção ao lucro está explícita", observou. Da mesma forma, está a cessão "patrimonial de equipamentos e de trabalhadores" por período indefinido ou vinte anos. Além disso, embora o SUS seja citado "não há qualquer garantia de que os serviços serão 100% públicos e gratuitos", disse Cláudia. Ela reforça que a conversão das unidades de ensino e saúde em "filiais" da Ebserh é o caminho pelo qual fica tolerada a abertura para capital e o ingresso na bolsa de valores.

Na conversão em filiais da Ebserh, até o nome dos hospitais universitários são perdidos: "No lugar de Hospital Universitário Gaffrée e Guinle desta Universidade, passa a ser publicado em Diário Oficial Filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares/Hospital Universitário Gaffrée e Guinle", observou Cláudia. Outra mudança regimental está na indicação dos superintendentes que substituem a figura do diretor dos hospitais, "de obrigatoriamente, passam a ser preferencialmente docentes". "A desvinculação completa do hospital em relação à universidade é latente", conclui.



Eduardo Côrtes: "a solução para os HUs é complexa e surge de dentro". O diretor do HUCFF criticou a Ebserh por ser gerida "pelos mesmos" responsáveis pela degradação dos HUs nos últimos 20 anos.



BRASIL

Manifestantes voltam às ruas pelo direito de protestar

Garis, que pararam a limpeza da cidade durante o carnaval, e funcionários do IBGE em greve há 66 dias, participaram do ato *Protestar não é Crime!*, que mobilizou centenas de pessoas no Centro da cidade

Samanta Su

Estagiária e Redação

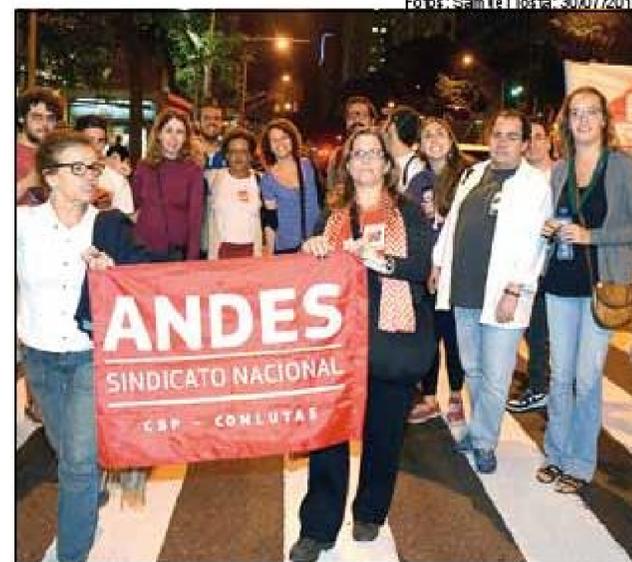
Diante da criminalização sistemática dos movimentos sociais que culminou na prisão de 21 ativistas na véspera da final da Copa do Mundo e no cerco policial à manifestação de 13 de julho, dia do encerramento do torneio, centenas de manifestantes voltaram às ruas na quarta-feira 30. O protesto, convocado pelo Comitê Popular Contra o Estado de Exceção, pedia o fim da perseguição a manifestantes, denunciava o oligopólio midiático e a repressão da polícia militar. Além do tema central (*Protestar não é crime*) a marcha plural que ocupou as ruas centrais da cidade envolveu um arco abrangente de bandeiras que transitavam desde a luta contra o racismo, à condenação de Israel pelo massacre de palestinos.

Protagonistas da greve histórica dos garis em pleno carnaval deste ano compareceram uniformizados ao protesto fazendo coro ao grito "*Lutar não é crime*". "A importância desse ato é que isso não é só uma luta por categoria, por segmento, é um levante pela luta de classes que expõe a contradição do modelo capitalista. A luta por direitos não é dada, é conquistada", afirmou Bruno Lima. Segundo ele, os trabalhadores da Comlurb ainda sofrem perseguição política depois da greve e tem enfrentado demissões por meio do modelo de Avaliação de Desempenho Individual (ADI) que permite que um gerente avalie individualmente o comportamento dos trabalhadores.

Também se concentravam no ato servidores do IBGE. Em greve há 66 dias, denunciavam a demissão arbitrária de quase 200 trabalhadores. Dentre as reivindicações do ASSIBGE estão a abertura de concursos públicos para repor vagas ociosas e um novo patamar de salários que siga os moldes do IPEA e outros órgãos do Ciclo de Gestão Federal.

A manifestação seguiu da Candelária ao Tribunal de Justiça do Rio acompanhada pela Polícia Militar. Os policiais formaram um cordão de soldados que dividia a manifestação ao meio. Durante a caminhada, alguns momentos de tensão: policiais exigiam, com agressividade, a retirada de máscaras de papelão que retratavam Mikhail Bakunin (teórico anarquista russo morto no século XIX que teria sido relacionado como suspeito no inquérito dos ativistas). Nomes como o de Cláudia Ferreira da Silva (que depois de morta, foi arrastada por carro da PM), de Amarildo de Souza (torturado e morto por PMs na Rocinha) e do dançarino Douglas Rafael (o DG executado no morro do Pavão Pavãozinho) foram lembrados no protesto.

Ainda em memória aos mortos pelo braço armado do Estado, Pedro Negromonte, do Movimento Secundarista do Pedro II, lembrou os sete alunos de seu colégio assassinados durante a ditadura militar e pontuou: "A gente está aqui para que isso não aconteça novamente. Quando eu penso nesses sete estudantes, eu só consigo pensar que também podia ser eu, por isso viemos, porque lutar não pode ser crime."



Pluralidade.

Participação de diferentes segmentos do funcionalismo público, além de movimentos sociais dos mais diversos, foi expressiva na caminhada do dia 30



PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Douglas Pereira - 15/08/2008

Anos de chumbo

■ O IE/ UFRJ, na Praia Vermelha, vai homenagear as vítimas da ditadura. Serão lembradas com uma placa.

A ideia já foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do instituto.

A homenagem fará menção a militantes como Fernando Santa Cruz e Stuart Angel, que dá nome ao centro acadêmico de economia da UFRJ.

Os dois universitários foram assassinados pelo regime.

Memória e Verdade

■ Uma das dificuldades encontradas pela Comissão da Memória e Verdade da UFRJ é o exame do grande volume de material já obtido até aqui.

Faltam braços para a pesquisa.

Muita coisa foi encontrada no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Rio de Janeiro (Aperj).

Não!

■ A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) convidou o Andes-SN para participar de seu processo eleitoral.

Em resposta ao convite, o Sindicato Nacional declarou que já se manifestou enfaticamente contrário ao Funpresp e, por isso, não participará do processo.



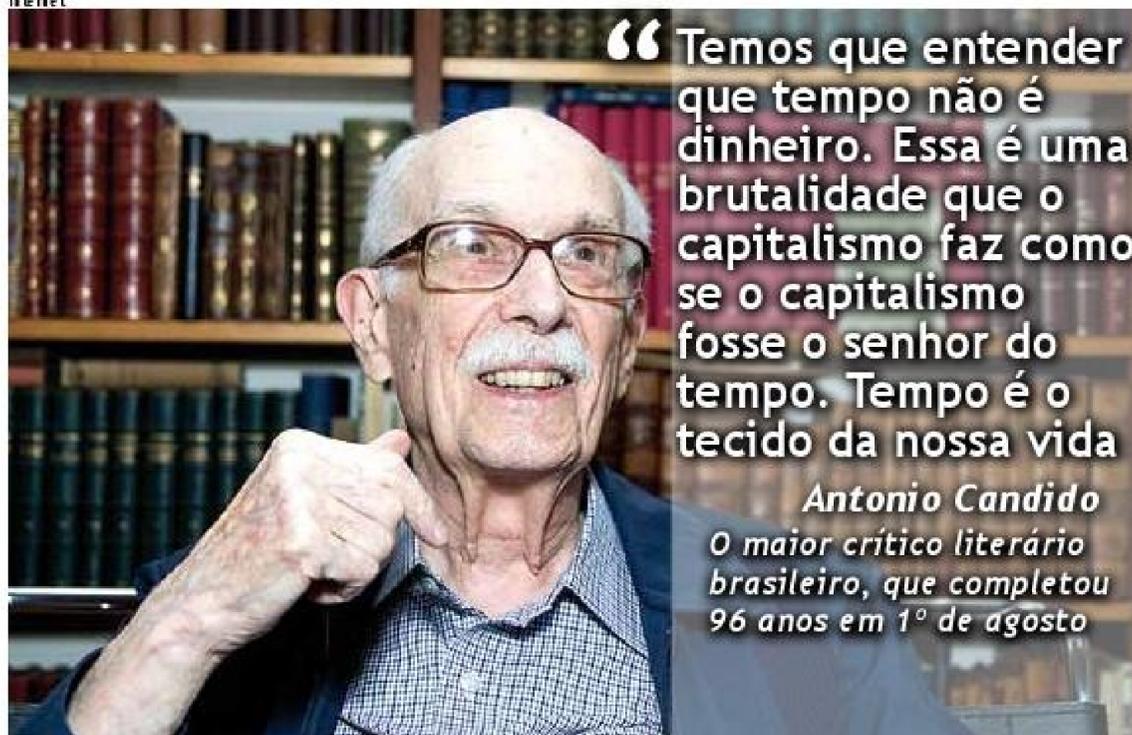
Cadê o bandejão?

O bandejão da Faculdade de Letras está fechado há oito meses. Os responsáveis pelos restaurantes universitários da UFRJ afirmam que a reabertura está próxima, mas não precisam uma data. A unidade sofreu avarias com as fortes chuvas de dezembro do ano passado e, desde então, não reabriu. Antes disso, o bandejão

fornecia, em média, 1.600 refeições por dia. É muita comida. A solução de quem se alimentava lá foi engrossar as filas nos dois outros restaurantes universitários no Fundão. Quem tem dinheiro para bancar, passou a comer em *trailers* e lanchonetes. Em fevereiro deste ano, os estudantes fizeram um ato em frente à reitoria cobrando a

normalização do atendimento, o que, como se sabe, não aconteceu. Obras foram feitas, mas a reabertura do bandejão ainda depende de acabamento, reposição de material de consumo como louças e utensílios, limpeza, dedetização e teste de todos os equipamentos com o novo quadro elétrico. (Filipe Galvão)

lifenet



“Temos que entender que tempo não é dinheiro. Essa é uma brutalidade que o capitalismo faz como se o capitalismo fosse o senhor do tempo. Tempo é o tecido da nossa vida”

Antonio Candido
O maior crítico literário brasileiro, que completou 96 anos em 1º de agosto

Jogo pesado

■ Na palestra no Graffée Guinle, o diretor do HUCFF revelou as dificuldades para enfrentar a maré privatista que queria dominar o hospital.

Eduardo Côrtes disse que não era “paranoia” a suposição de que forças apostavam no caos para viabilizar a Ebserh.

Bom para a fraude

■ “Identificamos muita coisa errada”, disse.

“Problemas de financiamento, falta de pessoal, falta de formação para pessoal, estoques e farmácia sem controle; tudo para um ambiente propício para fraude”.

Em seis meses de reorganização de gastos foram economizados 6 milhões de reais em despesas previstas.

Contas

■ Está prevista a primeira prestação de contas do HUCFF para setembro.

Cobrança

■ Finalmente o Supremo Tribunal Federal (STF) vai se posicionar sobre a cobrança de cursos de pós-graduação *latu sensu* em instituições públicas.

Esses cursos envolvem especializações, os MBA.

Existe uma indústria de MBAs no país.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



ENCONTRO NACIONAL DE **EDUCAÇÃO**



De 8 a 10 de agosto
Rio de Janeiro (RJ)

**Comitê Executivo Nacional da
Campanha 10% do PIB para a Educação Pública, já!**